

TURISMO E CRISE CLIMÁTICA

Os caminhos sustentáveis para a Amazônia



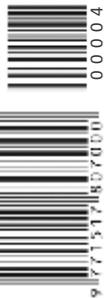
EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXIX
JANEIRO
EDIÇÃO 04

BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL, ESTADOS & MUNICÍPIOS

RDM

AMAZÔNIA LEGAL



CONFERÊNCIA DO CLIMA

**Turismo explode em Belém,
a sede da COP 30**



ENTREVISTA | Paulo Rocha

**“A responsabilidade da Floresta Amazônica
no equilíbrio do clima para o planeta Terra”**

RDM
REDE DE MÍDIAS
29
anos

CONHEÇA AQUI OS VEICULOS DO GRUPO RDM

Rede de Mídias Brasil



RDM BRASIL S/A

Desenvolvimento, indústria, comércio, serviços, empresas & negócios

RDM AGROBRASIL S/A

Desenvolvimento, planta & cria

RDM 3 PODERES BRASIL

A revista de quem decide

RDM AMAZÔNIA LEGAL

Bioeconomia Sustentável

RDM CENTRO-OESTE S/A

Lugares

JÁ NO AR

www.rdmnews.com.br

Portal nacional de notícias

www.rdmonline.com.br

Site regional (MT) de notícias

PARA BREVE:

Lançamentos

TV RDM NEWS

REVISTAS:

RDM SUDESTE S/A - Lugares
RDM NORDESTE S/A - Lugares
RDM BRASIL SUL S/A - Lugares
RDM PARLAMENTO BRASIL
Parlamentares federais, estaduais e municipais
RDM MATOPIBA S/A - Lugares
RDM SÃO PAULO S/A - Lugares
RDM BRASÍLIA S/A - Lugares
RDM 3 PODERES BRASÍLIA

A revista dos poderes do DF
RDM MATO GROSSO DO SUL S/A
Conheça o melhor do nosso estado
RDM BRASIL LUGARES S/A
Conheça o melhor do Brasil
RDM BRASIL CAPITAIS S/A - Lugares

VEÍCULOS REGIONAIS EDITADOS ATUALMENTE EM MATO GROSSO.

REVISTAS:
RDM MATO GROSSO S/A
RDM MT MUNICÍPIOS S/A
RDM 3 PODERES MATO GROSSO
RDM PARLAMENTO MATO GROSSO
RDM CUIABÁ S/A - Lugares
RDM VIVER MATO GROSSO
Notícias, fatos & gente
Edições regionais mensais com circulações alternadas
RDM BAIXADA CUIABANA S/A
Cidade & campo

RDM SUL-LESTE S/A
Cidade & campo
RDM ARAGUAIA S/A
Cidade & campo
RDM NORTÃO S/A
Cidade & campo
RDM MÉDIO-NORTE S/A
Cidade & campo
RDM CHAPADÃO DOS PARECIS
Cidade & campo
RDM NOROESTE S/A
Cidade & campo
RDM OESTE S/A
Cidade & campo



As notícias que rodam estão no **RDM JORNAL DO ÔNIBUS**
Estação Mato Grosso

Para quem acaso ainda não conhecia o trabalho e a linha editorial do **GRUPO RDM**, registramos que há 28 anos vimos informando Mato Grosso, Brasília, dentre outros...e daqui em diante, comunicamos que iremos estar presentes no Brasil por inteiro através das nossas plataformas/ redes sociais, com uma nova metodologia editorial, onde iremos focar nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, afim de que nossos conteúdos sejam diferenciados e não sejam mais do mesmo, muito comum com advento da internet onde um cópia o outro e quando muito muda a manchete, o lide e cola!

São por essas e outras, que nosso material jornalístico será sempre bem apurado com todos os cuidados possíveis desde sua produção e sempre que possível, checado e recheado antes da sua veiculação. Outra coisa também, será quanto a forma estratificada e segmentada, que atuaremos paulatinamente nas cinco regiões do país, onde iremos trazer uma enorme variedades de notícias, com fatos e gente, abordando tudo o que for do real interesse de cada respectiva região brasileira.

Faremos um jornalismo sério, sem ser tendencioso e com um detalhe muito importante, para os dias atuais por que passamos, não só aqui no Brasil, mas, no mundo todo, faremos um jornalismo responsável e verdadeiro, ou seja: **sem fake news!**

GRUPO RDM: aqui você se informa melhor e de verdade!!!

BRASÍLIA-DF

SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
Tel.: (61) 2193-1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@midia@revistardm.com.br

Belém do Pará, a capital mundial do clima



Quando novembro deste ano chegar, o Brasil será o país da 30ª Conferência Mundial das Mudanças Climáticas. E Belém, a capital do estado do Pará, será a sua capital. Mas desde que foi anunciada há dois anos como a sede da COP 30, esta importante metrópole amazônica já se movimenta freneticamente para receber os participantes da conferência.

Mais que isso, como agora os olhos do mundo se voltaram para ela, Belém do Pará se tornou um cobiçado destino turístico. Isso se reforçou também quando, no ano passado, alguns participantes do encontro do G-20, ocorrido no Rio de Janeiro, fizeram questão de visitar a Amazônia, passando por Belém. Um desses participantes ilustres foi o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que finalizou seu mandato em 20 de janeiro, quando assumiu Donald Trump.

É para esta Belém, maravilhosa cidade referência da Amazônia Legal, que nós, brasileiros, estamos com os olhos voltados também. E isso desperta a curiosidade de visitá-la. É em todo esse contexto que hoje há uma explosão na área do turismo, fomentando a economia local. Para se ter uma ideia, para atender à demanda, o setor hoteleiro terá que saltar de 18 mil para mais de 50 mil o número de leitos em seus estabelecimentos.

Este é o tema central desta edição e que é nossa reportagem de capa. Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do
Grupo Rede de Mídias

ÍNDICE | Janeiro 2025

- 04 | OPINIÃO | Augusto Cesar Barreto Rocha
- 06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques
- 08 | ENTREVISTA | Paulo Rocha
- 14 | CONFERÊNCIA DO CLIMA
- 22 | TURISMO E CRISE CLIMÁTICA
- 26 | CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
- 28 | ARTES RUPESTRES NA AMAZÔNIA

ENTREVISTA | Paulo Rocha
"A responsabilidade da Floresta Amazônica no equilíbrio do clima para o planeta Terra"



ANO XXVIII | EDIÇÃO 04
JANEIRO / 2025

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Vanessa Santana Oliveira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
Márcio Brandão do Carmo

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador),
João Orozimbo Negrão (presidente),
Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio
Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO
MARQUES, RAFAEL CARDOSO, RODRIGO
MOZELLI, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA
CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA
CNJ, SECOM-PR.

FOTOS
GUI GOMES, NELSON ANTOINE,
RICARDO STUCKERT, TÂNIA RÊGO,
AGÊNCIA CNJ, AGÊNCIA CÂMARA,
AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA BRASIL,
SECOM-PR, UNIVERSIDADE DE EXETER.

RDM AMAZÔNIA LEGAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR
MATERIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM
NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATERIAS
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO
DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM
FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
SHS Q. 6 Bloco A Sala 501- Asa Sul, Brasília - DF
70740-610, Brasil - Telefone: **61 2107-9400**

(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTHUR DIAS DA FONSECA
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
NILIS DAIGE MARQUES

RDM AMAZÔNIA LEGAL É PUBLICAÇÃO



O Labirinto das Crises da Sociedade Moderna e a Amazônia

Temos dificuldade para viver a normalidade. Estamos o tempo todo em crises reais ou imaginárias. Em uma comunicação acelerada, falta de paciência para conversar, para refletir, para agir com calma. Byung-Chul Han assevera que neste contexto “apenas informações são trocadas” e não há uma “narrativa comunitária”, impedindo o encontro da sociedade com o que pode ser melhorado, havendo um constante encontro de egos e de informações, desconectadas de contexto.

Nesse sentido, torna-se uma impossibilidade a construção de projetos e soluções de longo prazo. Qual o sonho de país que queremos? O que imaginamos para a Amazônia? Como construir uma infraestrutura do futuro que transcenda os problemas ambientais? Como usar a floresta e a biodiversidade sem destruir? Informações espalhadas não construirão essas soluções, pois elas transcendem as informações disponíveis e os conhecimentos do presente.

A construção de um futuro necessita de uma comunidade ativa, com seres humanos atuando em conjunto. Por outro lado, os modelos de opressão necessitam do isolamento e pobreza de narrativas comunitárias, proliferando os interesses privados e de pequenos grupos. Uma multiplicidade de ações minúsculas e desconexas dos orçamentos secretos não resolverá esta questão. Assim, pulamos de crise em crise sem enfrentar os problemas reais.

A crise da seca da Amazônia deveria ensejar uma reflexão com respeito às melhores medidas para o longo prazo, mas a opção dos Governos, traduzida na atuação do DNIT foi contratar uma ação continuada de dragagem. A medida mitigadora, que não funcionou em 2023, foi contratada para 2024 e mais quatro anos, contando com uma crise eternizada, sem agir sistemicamente nas causas, mas com uma continuada ação nos efeitos.

Assim, oficializa-se a crise, com chuva ou sem chuva, com necessidade ou sem necessidade: cerca de R\$ 80 milhões são gastos ao ano, sem muito estudo. Para o rio



“A crise da seca da Amazônia deveria ensejar reflexão sobre as melhores medidas para o longo prazo, mas a opção dos Governos, traduzida na atuação do DNIT foi contratar uma ação continuada de dragagem. A medida mitigadora, que não funcionou em 2023, foi contratada para 2024 e mais quatro anos, contando com uma crise eternizada, sem agir sistemicamente nas causas, mas com uma continuada ação nos efeitos”

Amazonas, a dragagem não serviu novamente em 2024 e pode ser que nem seja necessária no ano que vem, se chover mais, mesmo assim já nos preparamos para a crise potencial, como se isso fosse uma solução e como se a crise fosse eterna.

O “nós” se perde. O desenvolvimento de soluções pela sociedade é ignorado e o poder é exercido pelos mapas e pela distância. Dessa maneira a infraestrutura do país vai recebendo intervenções apenas em projetos de pequeno porte, com emendas de orçamento e sem interações sistêmicas, aprofundando as assimetrias regionais, onde as áreas periféricas seguem periféricas. Precisamos construir uma crise do modelo atual, mas parece que as “partes interessadas” estão satisfeitas em manter as condições de diferenças, em que ninguém pensa nos efeitos e benefícios sociais, mas apenas em informações para curtidas.

Precisamos construir um Plano para a Infraestrutura da Amazônia que entre na pauta de ações nacionais. Fora disso, seguiremos a destruir vagarosa ou rapidamente a floresta e sua biodiversidade. A proteção ambiental precisa entrar na pauta de ações do Estado, construindo infraestruturas de ciência, parques nacionais que estejam no solo e não apenas nos mapas. Precisamos de governança com pessoas e não apenas imaginários que quase nunca viram ações concretas no solo amazônico. ■

***Augusto Cesar Barreto Rocha** é professor da UFAM



NEWLINE
SISTEMAS DE SEGURANÇA



Mudou e precisa de um
Sistema de Segurança inteligente?

Conte com a New Line

Reconstrução da Ponte JK, que liga o Maranhão ao Tocantins

O Ministério dos Transportes anunciou a contratação de uma nova empresa que ficará responsável pelas obras de reconstrução da Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, na BR-226, divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. A contratação emergencial, que dispensa licitação, foi publicada no Diário Oficial da União pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ao todo, a obra terá investimento de R\$ 171 milhões. O diretor-geral do DNIT, Fabrício Galvão, explica que o valor engloba diversas melhorias. Os responsáveis pelas obras serão o Consórcio Penedo-Neópolis, formado pelas empresas Construtora Gaspar SA e Arteleste Construções Limitada, que deverão ser concluídas até dezembro de 2025.



Divulgação



Divulgação

Ponte desabou no final do ano e deixou mortos e desaparecidos

A Ponte JK desabou no final do ano passado e deixou mortos e feridos. Localizada na BR-226, sobre o rio Tocantins, ela é um importante eixo rodoviário utilizado constantemente para o escoamento de produção agrícola com destino à exportação e no transporte de mercadorias entre os dois estados. Inaugurada em 1961, a estrutura antiga, que colapsou, já não atendia ao aumento do fluxo de veículos e de carga transportada pelo eixo e estava marcada como obra urgente desde 2020 na gestão do ex-ministro Tarcísio de Freitas, atual governador de São Paulo. “A nova ponte terá acostamento, passeio, ciclovia e será 7 metros mais larga que a anterior. Esse valor inclui a demolição da ponte atual, novas fundações e a melhoria dos acessos das duas cidades”, detalhou o dirigente responsável pelo DNIT.

Calendário de sessões do CNJ em 2025 começa no dia 11 de fevereiro

As sessões de julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) serão retomadas em 2025 no dia 11 de fevereiro. No total, a previsão é de que os conselheiros e as conselheiras se reúnam em 11 sessões presenciais até junho. Estão previstas nove sessões ordinárias e duas extraordinárias, além de outras nove sessões virtuais no primeiro semestre de 2025. O órgão também definiu a realização da primeira sessão extraordinária de 2025 no dia 18 de fevereiro. A data está definida na Portaria CNJ n. 425/2024, que informa sobre o cancelamento da 2.ª Sessão Ordinária do ano, que estava inicialmente prevista para o dia 25 de fevereiro. Pelo calendário, devem ser realizadas duas sessões presenciais em cada mês, incluindo a 2.ª Sessão Extraordinária de 2025, em 27 de maio.



Divulgação



Maria Urgente amplia alcance a vítimas de violência doméstica em RO

Mais de 25.500 ocorrências de violência contra a mulher já foram atendidas em Rondônia desde a implantação do projeto Maria Urgente, há quatro anos. Em parceria com a Polícia Militar, o Maria Urgente possibilita que, no momento do atendimento da ocorrência, já sejam preenchidos o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Fonar) e o pedido de medida protetiva de urgência para proteção da vítima. Vencedor do IV Prêmio Viviane do Amaral, em 2024, o projeto nasceu durante a pandemia de Covid-19 e teve grande aceitação naquele período em que as mulheres não tinham condições de se deslocar – tanto pela distância geográfica quanto pela situação sanitária daquele momento. As experiências de outra iniciativa do TJRO também serviram de subsídio: o Maria no Distrito, implementado em 2018, que também foi vencedor do Prêmio, em 2023, na categoria Tribunal.



Divulgação

Supremo determina realização de mutirões carcerários

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a realização de mutirões carcerários pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para garantir o cumprimento de decisão da Segunda Turma que assegurou a substituição da prisão preventiva por domiciliar para mães de crianças menores de 12 anos de idade em todo o país. A decisão foi proferida no Habeas Corpus (HC) 250929, apresentado pela defesa da mãe de criança de quatro anos que foi presa preventivamente por tráfico de cinco gramas de crack. Ao avaliar o caso, o ministro concedeu a prisão domiciliar à mulher por considerar que a quantidade de droga encontrada com ela era ínfima e não estaria ao alcance da criança. O juiz da instância de origem deverá fixar a forma de cumprimento e fiscalização e poderá determinar novas medidas cautelares se achar necessário.



Divulgação

DITO & FEITO

“As tripulações das companhias aéreas estão em fadiga por causa de escalas extremamente otimizadas. A aviação ainda é um ambiente seguro, mas é claro que se voa cada vez mais perto dos limites. É uma briga grande entre sindicatos e empresas.”

Henrique Hacklaender, piloto de avião comercial e presidente do SNA (Sindicato Nacional dos Aeronautas), ao comentar o recorde de acidentes aéreos no ano passado

“A significativa depreciação cambial decorreu principalmente de fatores domésticos, complementada pela apreciação global do dólar norte-americano. A inflação em 2024 ficou acima do intervalo de tolerância em decorrência do ritmo forte de crescimento da atividade econômica, da depreciação cambial e de fatores climáticos, em contexto de expectativas de inflação desancoradas e inércia da inflação do ano anterior.”

Gabriel Galípulo, presidente do Banco Central



Divulgação

“Sabemos da responsabilidade do papel da Floresta Amazônica no equilíbrio do clima para o planeta”

Segundo o ex-senador paraense, que comanda a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, “nós temos saídas para poder transformar as áreas degradadas em floresta produtiva”

Por **Humberto Azevedo**

Oentrevista desta edição é com o ex-senador e ex-deputado federal pelo estado do Pará Paulo Rocha (PT), que comanda desde janeiro de 2023 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – autarquia vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Paulo Rocha conversou com a reportagem dos canais RDM durante o seminário que o diretório nacional do Partido dos Trabalhadores organizou, em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), localizado no setor de clubes da capital federal, para fazer um balanço dos dois primeiros anos da terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à frente da máquina pública federal.

O seminário serviu também para que os filiados à legenda pudessem fazer avaliações e oferecer sugestões de que estratégias o partido, fundado em 1980, deve tomar tendo como base o resultado das eleições municipais de 2024, em que saltou de 179 prefeituras para 252 e elegeu 3130 vereadores. Em 2020, o PT tinha elegeu

2668 vereadores em todo o país.

Na conversa, quando questionado sobre o estudo da agência aeroespacial do governo dos Estados Unidos da América (NASA), divulgado em junho, em que aponta que boa parte dos territórios localizados na Amazônia e no Cerrado correm risco de se tornarem desertos em 50 anos, caso o modo de produção não seja alterado, o superintendente da Sudam afirmou que todos “sabemos da responsabilidade do papel da Floresta Amazônica no equilíbrio do clima para o planeta Terra”, mas que paralelamente a esse desafio “nós temos saídas para poder transformar as áreas degradadas em floresta produtiva”.

“Eu sou da posição de que, na questão ambiental, nós sabemos, o Brasil sabe, e nós, na Amazônia, sabemos da responsabilidade do papel da Floresta Amazônica no equilíbrio do clima para o planeta Terra. [Mas] nós temos saídas para poder transformar as áreas degradadas em floresta produtiva, mandar o pessoal plantar açaí, castanha, copaíba, andiroba, cacau, isso se transforma em floresta produtiva, mantém mais floresta em pé e tira da floresta o sustento”, apontou.



TERRA ARRASADA

Paulo Rocha comentou, ainda, que assim quando assumiu o comando da Sudam, o seu maior desafio foi recuperar a autarquia, que estava completamente desestruturada e esvaziada. Segundo ele, esse cenário decorre da “característica” do governo federal passado – na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) – que “desestruturou o Estado brasileiro que a gente tinha construído”.

BRASIL-CHINA

Indagado sobre a parceria sino-brasileira para os rumos da Amazônia, Paulo Rocha afirma que os chineses “estão atrás” de oportunidades na região amazônica e que isso poderá significar uma importante ajuda “na nossa região” para “produzir” alimentos tanto para consumo interno, quanto doméstico e externo.

“E é isso que nós queremos, a vocação da Amazônia é exatamente essa, é ser uma grande produtora de alimento para o mundo”, arrematou o superintendente da Sudam que destacou, ainda, “o potencial” que a região amazônica possui também por ter uma “grande indústria de remédios naturais”.

“Como o mundo está fugindo dos remédios puramente químicos, a Amazônia tem condições de produzir a partir dos seus fármacos, das suas essências [o que pode] transformar a região em uma grande produção de remédios naturais”, avalia.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista do ex-senador Paulo Rocha, atual superintendente da Sudam, concedida com exclusividade para os canais RDM. Boa leitura!

RDM: Deputado, senador, superintendente Paulo Rocha, o senhor está no comando da Sudam já desde o início do governo Lula III, e quais têm sido os maiores desafios da sua gestão desde o início de 2023?

Paulo Rocha: Olha, o maior desafio foi que, como toda característica do governo passado, se desestruturou o Estado brasileiro que a gente já tinha construído, e aí passamos todo esse tempo recuperando, reestruturando, porque eles deixaram totalmente tudo esvaziado, desestruturado, enfim, e agora nós já começamos a entrar no processo de planejamento e resolvemos fazer o planejamento pelas microrregiões mais empobrecidas, no caso lá do

“A Amazônia tem o seu bioma, nós temos aqui muita gente trabalhando em todas as áreas e nós, como em qualquer outro lugar do Brasil, a gente quer o quê? Desenvolver”

Pará, a região do Marajó, em que a ideia é ir em cada estado fazer esses planejamentos a partir das áreas mais empobrecidas, onde a gente põe todo mundo, governo federal, governo estadual, governo municipal, as universidades, pesquisadores, empresários, os trabalhadores, para a gente conceber essa ideia do desenvolvimento sustentável. Então, está saindo, infelizmente não agora, nós demos uma parada por causa das eleições municipais e nós sabemos que para falar em sustentabilidade tem que ser a partir da vocação local, portanto, os prefeitos têm um papel importante nesse processo. Nós vamos retomar agora, no início do ano [de 2025], esses desafios de planejar, organizar e direcionar para financiar empreendimentos dentro daquela concepção de desenvolvimento sustentável, principalmente a partir dos chamados arranjos produtivos locais, enfim, é um processo que nós estamos felizmente organizando e eu acho que vai ser uma saída para o debate do desenvolvimento sustentável da Amazônia. E, naturalmente, a gente está preparando também isso para que estabeleça um diálogo com o chamado da COP-30, que vai ser realizada lá, e já queremos ter exemplos concretos da proposta que estamos articulando e pensada por todos.

RDM: Dentro do desenvolvimento sustentável, Belém do Pará, a capital paraense, uma das capitais do Norte do Brasil, uma das capitais da Amazônia, vai sediar a 30ª edição da Conferência de Mudanças Climáticas (COP-30), das Nações Unidas (ONU), no final do ano que vem. Como o senhor está vendo essa realização da COP-30 e o papel da Sudam nisso também, junto com o

governo estadual e o governo federal?

Paulo Rocha: É isso que eu estou falando. A Amazônia padece de um problema sério, que sempre foi o desenvolvimento ser pensado de fora para dentro. Por isso que tem essas diferenças regionais. Lá só tem alguma coisa de desenvolvimento a partir dos grandes projetos, projetos agropecuários, projetos minerais. Onde não tem esses projetos, não tem desenvolvimento. Por isso que queremos dialogar com quem quer que venha para a COP. Nós queremos dialogar. Olha, nós da Amazônia estamos pensando assim, se querem nos ajudar, querem investir aqui, tem que ser a partir desta concepção de desenvolvimento que nós estamos pensando aqui, a partir de uma realidade e da vocação de cada região.

RDM: E o senhor tem percebido isso com os países, as empresas estrangeiras, que queiram fazer essa contribuição, essa participação, o senhor tem visto isso, essa sinergia, digamos assim?

Paulo Rocha: Não, porque a gente não teve esse contato. Quem está nos





Os seis governadores amazônidas ouvem o discurso proferido pela embaixadora da ONU no Brasil, Sílvia Rucks, durante o encerramento do 28º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal.

“Nós vamos retomar agora, no início do ano [de 2025], esses desafios de planejar, organizar e direcionar para financiar empreendimentos dentro daquela concepção de desenvolvimento sustentável. A ideia é [por] todo mundo, governos federal, estadual, municipal, universidades, pesquisadores, empresários, trabalhadores, para a gente conceber essa ideia do desenvolvimento sustentável”

procurando muito lá são os chineses, que estão a fim de investir na Amazônia, não só para aproveitar os nossos minérios, mas, como também eles têm muito interesse na questão da alimentação, porque, se nós já temos problema de alimentar 215 milhões de brasileiros, imagina a China, que tem 1 bilhão e 400 milhões de chineses. Então, naturalmente, eles estão atrás também de ajudar a produzir aqui na nossa região para alimentação. E é isso que nós queremos, a vocação da Amazônia é exatamente essa, é ser uma grande produtora de alimento para o mundo, além do potencial também de ter uma grande indústria de remédios naturais, porque, como o mundo está fugindo dos remédios puramente químicos, a Amazônia tem condições de produzir a partir dos seus fármacos, das suas essências, enfim, que é a riqueza da nossa biodiversidade, nós podemos transformar a região em uma grande produção de remédios naturais.

RDM: Com relação aos investimentos chineses, no último dia 20 de novembro, o presidente da China, Xi

Jinping, esteve no Brasil, assinou vários acordos comerciais com o governo brasileiro, 37 ao todo, sendo seis diretamente em agropecuária e muitas outras parcerias culturais, de ordem econômica, etc. Como o senhor viu essa vinda dele, essa assinatura desses acordos?

Paulo Rocha: Essa relação Brasil-China começou, principalmente, se consolidou no primeiro governo Lula. O Lula levou para lá, na época, 324 empresários, exatamente para vender para os chineses o potencial do nosso país, e como eles chamam lá, o nosso país pode ser uma complementaridade para atender às necessidades deles. Ou seja, tudo que eles precisam, o país teria condições de produzir em abundância para eles. Então essa aproximação já vem ao longo do tempo e a vinda de Xi Jinping aqui, começando com o Lula, vai consolidando isso, e é fundamental a gente ter essas parcerias. No primeiro governo Lula, ele foi para a Arábia Saudita também para ampliar o processo dessa relação, e, inclusive, eles passaram a ser os grandes compradores de boi na

Amazônia, infelizmente, boi vivo, porque eles exigem que seja boi vivo, mas a gente persegue a ideia, além dessa questão do desenvolvimento sustentável, persegue a ideia de a gente verticalizar a nossa riqueza lá mesmo, ou seja, chamando uma cadeia produtiva para verticalizar os nossos materiais, as nossas matérias-primas, é o caso do exemplo do nosso açaí lá do Pará, da região, então estamos verticalizando, em que está se tirando tudo do açaí, além da polpa, está se fazendo até vinho tinto, vinho da polpa do açaí. Do caroço já está se fazendo carvão, pode produzir energia até a partir da biomassa saída da carbonização do caroço, tem também o café do caroço do açaí, tem até chocolate do caroço do açaí. Ou seja, o potencial a partir das nossas florestas é também não só produzir, mas verticalizar ali para agregar valores, e, aliás, uma coisa, inclusive, interessante, eu estou sendo procurado pelos setores da área de grãos, nesse interesse de verticalizar na nossa região, o que é bom, uma visão que eles estão evoluindo para que a gente verticalize lá. Por exemplo, o pessoal de Mato Grosso, lá no Pará, o pessoal ali do sul do Maranhão, está nos procurando para poder financiar a extração do etanol do milho. Isso é importante para nós, que não só verticaliza, mas como é uma transição da chamada energia limpa, assim como também o esmagamento da soja, porque aí produz farelo, produz ração, e chama outra cadeia para produzir pequenos animais, como a piscicultura, avicultura – galinhas, pato, suinocultura, etc. Esse é o debate que estamos provocando, e estamos percebendo que setores empresariais importantes estão nesse diálogo fundamental.

RDM: Com relação ainda à China, muitos estão no debate da Rota da Seda, o Brasil ainda não aderiu plenamente, aderiu parcialmente à Rota e o Cinturão comercial da Seda. Como que o senhor vê esse debate e a importância da Amazônia neste debate?

Paulo Rocha: A Rota da Seda é uma rota, imposta não, colocada por eles, e o que queremos é que seja uma rota Brasil-China direto, como a vinda de Xi Jinping aqui consolidou isso, está consolidando isso, uma linha direta, Brasil-China.

RDM: Agora, voltando à questão do cooperativismo e do meio ambiente, a

“ Agora nós já começamos a entrar no processo de planejamento e resolvemos fazer o planejamento pelas microrregiões mais empobrecidas. A gente persegue a ideia, além dessa questão do desenvolvimento sustentável, persegue a ideia de a gente verticalizar a nossa riqueza lá mesmo, ou seja, chamando uma cadeia produtiva para verticalizar os nossos materiais, as nossas matérias-primas”

agência espacial dos Estados Unidos da América (NASA), em junho, divulgou um estudo, apontando que, se os meios de produção não forem alterados dentro da Amazônia, a Amazônia vai se tornar um deserto daqui a 50 anos, nos anos 2070. Como o senhor viu isso na época?

Paulo Rocha: Eu sou da posição de que, na questão ambiental, nós sabemos, o Brasil sabe, e nós, na Amazônia, sabemos da responsabilidade do papel da Floresta Amazônica no equilíbrio do clima para o planeta Terra, mas nós temos saídas para poder transformar as áreas degradadas em floresta produtiva, mandar o pessoal plantar açaí, castanha, copaíba, andiroba, cacau, isso se transforma em floresta produtiva, mantém mais floresta em pé e tira da floresta o sustento, o desenvolvimento humano da nossa região. Como diz o Lula, tudo bem, querem que a gente mantenha a floresta em pé, e o que é que a gente vai fazer com 29, 30 milhões de brasileiros que lá vivem, que lá eles precisam comer, precisam vestir, precisam ter educação, escolas decentes para poder produzir, para dar ensino

para a nossa juventude, uma rede de saúde para poder dar assistência a nossa família, investimento na infraestrutura para assegurar o desenvolvimento, como a gente vai fazer, se querem que a floresta seja imaculada aqui no seu território? Então, é uma combinação de produzir com respeito à questão ambiental.

RDM: Inclusive, a questão do dinheiro, por exemplo, o Lula várias vezes encontrou grandes líderes europeus, até presidentes dos Estados Unidos, dizendo que o mundo desenvolvido precisa financiar, e eles falaram que viria um financiamento para manter a floresta em pé, só que a realidade é muito diferente, os depósitos são minúsculos.

Paulo Rocha: Não tem nada a ver manter a floresta em pé, nós temos que,





“Tudo que a China precisa, o país teria condições de produzir em abundância para eles. Então essa aproximação já vem ao longo do tempo e é fundamental a gente ter essas parcerias. Essa relação Brasil-China começou, principalmente, se consolidou no primeiro governo Lula. O Lula levou para lá, na época, 324 empresários, exatamente para vender para os chineses o potencial do nosso país”

nas áreas degradadas, construir florestas produtivas, repito, floresta produtiva, plantar açaí, cacau, castanha, copaíba, andiroba, todas essas que produz, não precisa derrubar, produz e gera renda para o pequeno produtor e chama uma cadeia produtiva em torno disso.

RDM: Agora, para encerrar, o senhor foi deputado, senador, agora está na presidência da Sudam. Em 2026, o senhor está avaliando voltar para a vida política partidária?

Paulo Rocha: Não, partidária não. Não saí da vida política, estou cumprindo uma tarefa importante lá, mas eu acho que todos os estados têm que aproveitar do

potencial eleitoral de cada liderança para a gente eleger senadores e deputados federais para socorrer aqui o nosso governo no parlamento brasileiro que hoje está aí, capturou o orçamento. Então, nós precisamos eleger bancadas, não só do PT, mas dos partidos progressistas e aliados para a gente poder fazer essa concertação aqui no parlamento brasileiro.

RDM: E como o senhor vê essa discussão em torno da reforma ministerial? Vai haver reforma ministerial? O senhor tem conversado com o presidente Lula sobre isso?

Paulo Rocha: Essa parte não nos pertence. ■

Com investimentos do governo federal para a COP30, números do turismo em Belém disparam

Contudo, para atender à demanda da COP30 que acontecerá em novembro, a exuberante Belém precisa mais que dobrar número de leitos de hotel

Por **Humberto Azevedo**

Os investimentos do governo federal da ordem de R\$ 4,7 bilhões, entre recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Itaipu Binacional para que Belém (PA) possa receber em novembro a 30ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), estão fazendo com que o turismo na capital do estado se amplie como nunca visto. De acordo com estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), serão esperadas mais de 40 mil pessoas entre os dias 10 e 21 de novembro.

Dados da Agência Brasileira de

Promoção Internacional do Turismo (Embratur) já dão conta da escalada da procura de Belém como destino internacional. Uma comparação entre janeiro e novembro de 2023 (antes do anúncio da cidade como sede da COP) e janeiro a novembro de 2024 indica um crescimento superior a 59% nas chegadas por via aérea na capital paraense. Enquanto, no período destes 11 meses, em 2023 foram 18.655 chegadas, em 2024 o número foi de 29.685, ano de movimentação recorde no Aeroporto Internacional Júlio Cezar Ribeiro. Nacionais do Suriname, França, Estados Unidos, Portugal e Holanda formam os principais grupos a terem desembarcado em Belém no último ano.

Capacitação aos profissionais do ramo, que se dedicarão a um público com características definidas, voltadas à sustentabilidade; atenção à rede hoteleira, com a construção de novos hotéis e restauração e modernização das instalações já existentes; e reforma de lugares centrais, como o Complexo Ver-o-Peso, maior feira livre da América Latina, e o Mercado de São Brás, que em dezembro de 2024 já foi reinaugurado, estão entre as ações na área turística. O Mercado foi a primeira obra entregue pelo governo federal e pela prefeitura de Belém no escopo de revitalizações com vistas à COP30.

“Estamos trabalhando para que o turista que vier a Belém possa conhecer





“ Esta será a primeira vez do

Brasil sediar o evento, que receberá milhares de pessoas em Belém neste ano. Capacitação de profissionais da área turística, reforma de pontos centrais da cidade e ampliação da rede hoteleira estão entre as ações já em andamento”

nossa Floresta Amazônica e fique mais dias, tenha uma experiência que seja memorável e sustentável. O que está em disputa na COP30 é um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade. Vamos mostrar, na prática, como o turismo é uma atividade que está conectada com os desafios postos, e pode promover sustentabilidade, gerando emprego e renda com impactos positivos para o meio ambiente e para as comunidades que recebem visitantes”, destaca Marcelo Freixo, presidente da Embratur.

QUALIFICAÇÃO PARA O TURISMO

Além da execução de obras, outros movimentos via governo federal já estão encaminhados em perspectiva da

Conferência. Em junho do ano passado, o Ministério do Turismo, em parceria com a Embratur e a Caixa Econômica Federal, assinou um acordo de cooperação com previsão de R\$ 6 milhões em investimentos para desenvolver o turismo de base comunitária em Belém e nas ilhas metropolitanas dos arredores da cidade.

O foco é na elaboração de projetos de experiência autêntica com participação ativa dos ribeirinhos, potencializando o que há de significativo na região. “Pela primeira vez na história nós vamos investir um valor tão significativo para desenvolver uma modelagem de turismo que aproxime as pessoas que mais precisam, de uma fonte de renda sustentável, e ainda proporcionar

experiências turísticas memoráveis”, declarou o ministro do Turismo, Celso Sabino, na ocasião.

Em novembro, também em Belém, foi inaugurada a primeira Escola de Turismo do Brasil. A escolha da cidade para o projeto pioneiro do Ministério do Turismo foi motivada exatamente pela proximidade da COP em terras paraenses. Com aulas presenciais em Belém, Santarém, Vigia e Bragança, e com aulas na modalidade online, são 4,7 mil vagas nos cursos como os de “Gestão de Negócios para o Turismo”, “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, “Governança para a Hospedagem Familiar” e “Condutor de Atrativos Turísticos”, além de idiomas como inglês e espanhol.

REDE HOTELEIRA DA CAPITAL

Para atender à demanda do evento, a capital paraense precisa mais que dobrar número de leitos de hotel. A rede hoteleira da capital paraense espera passar de 18 mil para 50 mil vagas o número de acomodações aptas a receber turistas na cidade.

Construído com traços dos estilos art nouveau e neoclássico, o Mercado de São Brás foi reinaugurado em Belém, no Pará. A construção histórica abriga mais de 300 feiras e lojas que vendem alimentos, ervas, artesanato e vestuário. A restauração do local é a primeira de uma série de intervenções que estão sendo concluídas na cidade nos próximos meses. Por toda a cidade são vistos canteiros de obra, tapumes, intervenções no trânsito e placas com a inscrição “Capital da COP30”.

“São mais de 30 obras estruturantes que estão sendo feitas em Belém, realizadas pelo governo federal junto com a prefeitura e o governo do estado do Pará. Os investimentos têm um motivo e um significado. Estamos dotando de infraestrutura uma cidade maravilhosa que vai ter um grande legado”, informou o secretário extraordinário da COP30, Valter Correia.

A secretaria extraordinária para a COP30 é vinculada à Casa Civil da Presidência da República e foi criada pelo governo federal em março de 2024 com o objetivo de coordenar a preparação da Amazônia para receber a COP30.

Para fazer frente à magnitude da conferência, que deve receber mais de 60 mil pessoas, entre chefes de Estado, diplomatas, empresários, investidores, ativistas, jornalistas e delegações dos



193 países membros, um setor precisa enfrentar o desafio de mais que dobrar de tamanho: a hotelaria.

“A hotelaria de Belém está a pleno vapor. Todos os hotéis estão passando por reformas para atender à COP30. (...) O principal desafio ainda é aumentar a quantidade de leitos existentes”, informou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará (ABIH-PA), Antônio Santiago, comentando ainda que a sua entidade espera receber 40 mil visitantes a mais na cidade.

Santiago detalha que a capital tem atualmente 18 mil leitos de hotel e espera chegar à COP30 com um número entre 45 mil e 50 mil; uma cama de casal conta como dois leitos. De acordo com ele, com a inauguração dos hotéis, a quantidade de leitos deve chegar a 22 mil.

Belém vai ganhar três hotéis de alto padrão, construídos por grupos internacionais para o público A e B. Um deles ficará na área do Porto Futuro II; outro em um antigo prédio que pertencia

à Receita Federal; e o terceiro em Castanhal, fora da capital, mas na região metropolitana.

ALTERNATIVAS

Estão sendo feitas negociações com plataformas virtuais como Airbnb e Booking, para cadastrar imóveis e aumentar a oferta de quartos disponíveis para o período da COP30. Além disso, dois transatlânticos deverão servir como hotéis flutuantes com 5 mil leitos e 17 escolas públicas serão transformadas pelo governo paraense em espécies de hotel temporário.

Aproximadamente 2,5 mil pessoas estão empregadas atualmente no setor. De acordo com o presidente da associação, as cidades vizinhas no raio de 150 quilômetros também devem ter procura por quartos de hotéis.

“Com tudo isso esperamos chegar a mais 22 mil leitos. (...) Para a COP30, a estimativa é uma contratação de 40% a mais de trabalhadores”, destacou Santiago.



“ Estamos trabalhando para que o turista que vier a Belém possa conhecer nossa Floresta Amazônica e fique mais dias, tenha uma experiência que seja memorável e sustentável. O que está em disputa na COP30 é um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade”

R\$ 224 MILHÕES PARA O SETOR

Segundo a secretaria extraordinária para a COP30, R\$ 224 milhões foram destinados pela estatal Itaipu para a construção da Vila Líderes, que vai disponibilizar cerca de 500 quartos de padrão cinco estrelas. As acomodações atenderão a parte das delegações e, após a realização do evento, o local funcionará como centro administrativo do governo estadual.

O governo federal também destinou R\$ 100 milhões, por meio do Fundo Geral de Turismo (recursos do Ministério do Turismo), para melhoria da qualidade de hotéis e serviços de turismo. Por sua vez, o governo do Pará informou que incentivou a modernização da rede hoteleira ao isentar o setor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para compras de itens como frigobar, televisão, ar-condicionado e mobiliário.

Antônio Santiago, da ABIH-PA, projeta que a realização da COP deixará para a rede hoteleira de Belém o legado de mão de obra mais bem preparada e

novos empreendimentos hoteleiros de excelência.

AGITO ANTES DA COP30

A COP30 será realizada apenas em novembro de 2025, mas Belém e os hotéis da cidade já sentem e experimentam um aumento significativo na movimentação de turistas. De acordo com Santiago, desde o início do ano, a taxa de ocupação da rede hoteleira na cidade passou de 50% para 82%, em média.

No último dia 15 de dezembro, o ministro do Turismo, Celso Sabino, esteve no aeroporto de Belém para comemorar o recorde de 3,9 milhões de passageiros em 2024, número cerca de 8% maior que o registrado no mesmo período de 2023.

Segundo o ministério, o Aeroporto Internacional da cidade comporta até 7,7 milhões de passageiros por ano, “cenário que, com a realização das adaptações necessárias, atenderá a contento os visitantes de Belém durante a realização da COP30”.

LEGADO URBANÍSTICO

As atividades principais da COP30 vão ocorrer no Parque da Cidade e no Hangar Centro de Convenções, que são conectados e ficam no bairro Souza, a cerca de 20 minutos de carro do Aeroporto Internacional de Belém. O Parque da Cidade ocupa a área de um antigo aeroporto e ainda está em construção, com cerca de 70% das obras concluídas.

Depois da realização da conferência, o parque será entregue para uso da população. O projeto final prevê áreas verdes preservadas, lago artificial, instalações esportivas, o museu da aviação, um centro de economia criativa e boulevard gastronômico. O investimento do governo federal para os preparativos da Conferência sobre Mudanças Climáticas beira R\$ 4,7 bilhões.

As intervenções, feitas em conjunto com as administrações estadual e municipal, são direcionadas para infraestrutura urbana, segurança, sustentabilidade, transporte e mobilidade, como a finalização do BRT Metropolitano (sistema de ônibus rápidos em pistas exclusivas), ampliação de vias e construção de quatro viadutos.

A Rua da Marinha, no polígono da COP30, passará de duas para seis faixas de rolamento. “A obra vai beneficiar a população de seis bairros, escoando o tráfego e melhorando a mobilidade”, diz comunicado enviado pelo governo paraense.

AVALIAÇÃO

A professora Roberta Menezes Rodrigues, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), considera que todo investimento que a cidade vai receber “tende a ser visto com muito bons olhos”.

A avaliação da professora sobre as moradias belenenses é confirmada pelo Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostrou Belém como a concentração urbana com a maior proporção de habitantes morando em favelas (57,1%).

Roberta Rodrigues, que participa de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre o legado da COP30, considera que ainda é cedo para se ter clareza sobre o tema.

“Belém é uma capital, mas é uma cidade que tem déficits enormes de infraestrutura, de qualidade em termos



de moradia. É uma cidade da região Norte que sempre foi relegada a segundo plano em termos de investimentos, em especial voltados para área relacionada à infraestrutura urbana”, ressaltou a professora da UFPA.

CONTRADIÇÕES

A professora reconhece que a cidade ganhará ativos importantes em termos de infraestrutura, locais como o Parque da Cidade e equipamentos culturais. No entanto, ela adverte que algumas iniciativas podem favorecer a valorização imobiliária em determinadas regiões, em vez de beneficiar a população em geral. Em alguns casos, pessoas chegam a enfrentar remoções, diz ela, se referindo a famílias que viviam na Avenida Tamandaré, onde acontecem obras do Parque Linear.

“Falar de legado agora, na verdade, é falar sobre dúvidas. (...) Por mais que a gente tenha grandes investimentos acontecendo na cidade, parte deles está presa ainda a uma lógica de investimentos e formas de intervenção desse modelo que a gente está questionando”,

complementou a catedrática da UFPA em urbanismo, que já enxerga contradição entre intervenções que estão sendo feitas na cidade e caminhos que deveriam ser seguidos justamente para se obter desenvolvimento ambiental sustentável.

“A gente está abrindo mais vias, rodovias, desmatando as poucas áreas verdes que restam na cidade e priorizando, por exemplo, o transporte individual, o carro, em vez de priorizar o transporte público. (...) Belém nunca viu tanto investimento acontecendo ao mesmo tempo. É um tipo de investimento que está bastante ligado à valorização imobiliária”, frisou.

LEGADO AMBIENTAL

Por outro lado, a professora Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin, do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, destaca o fato de o evento internacional mais importante sobre meio ambiente ser realizado em uma cidade amazônica. Para a professora, Belém foi uma escolha adequada para exercer esse protagonismo, porque “tem a maior instituição científica da Pan-Amazônia, a UFPA”.



“ Vamos mostrar, na prática, como o turismo é uma atividade que está conectada com os desafios postos, e pode promover sustentabilidade, gerando emprego e renda com impactos positivos para o meio ambiente e para as comunidades que recebem visitantes”

Tupiassu Merlin acrescenta que, por outro lado, Belém situa-se no “estado que contém um grande mosaico de conflitos socioambientais, que contribuem para o acirramento das mudanças climáticas”. Ela ressaltou ainda o “conhecimento ancestral” da população local.

“Atualmente há um grande déficit de protagonismo amazônico nas discussões climáticas. Em que pese o mundo todo reconhecer a importância da Amazônia para a luta contra as mudanças climáticas, quase sempre as soluções e debates são moldados sem a participação de pessoas da região”

Na opinião de Lise, o aumento do protagonismo depende de um posicionamento mais estratégico dos atores locais, “mas também de uma vontade genuína dos demais atores de querer se abrir para uma nova perspectiva de justiça climática”.

“A COP30 será, sem dúvida, uma oportunidade para isso, mas ainda há muito trabalho pela frente para que isso se reverta em benefícios duradouros para a população”, concluiu.

SAIBA MAIS SOBRE BELÉM

Belém é uma das cidades mais emblemáticas do Brasil, não apenas por sua história e localização estratégica, mas também pelo papel importante na cultura, economia e turismo da região Norte do país. Fundada há mais de 400 anos, em 12 de janeiro de 1616, Belém possui uma rica herança histórica, que reflete as origens como cidade portuária e seu desenvolvimento ao longo dos séculos, sendo atualmente uma das maiores cidades da Amazônia e porta de entrada para a região. Em novembro de 2025, a capital do estado do Pará vai sediar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), um evento de relevância global, presidido pelo Brasil, que coloca a cidade e o país em destaque no cenário internacional.

Com uma população de 1,3 milhão de habitantes, Belém se apresenta como um polo regional, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 20.562 bilhões, demonstrando uma economia diversificada e em crescimento. O município tem grande importância

econômica para o estado e para a região Norte, atuando como um centro comercial e logístico vital para o escoamento da produção da Amazônia para o resto do Brasil e o exterior. A localização geográfica da cidade, à beira do Rio Amazonas, faz de Belém um ponto estratégico para o comércio de produtos como açaí, guaraná, castanha-do-pará, cacau e peixe, além de ser um importante centro de indústria e serviços.

PRATO DE TACACÁ

O açaí, em especial, é um dos grandes símbolos da economia local. Esse fruto roxo, extraído de uma palmeira típica da Amazônia, é consumido de diversas formas no Brasil e exportado para outras partes do mundo. Na feira do Ver-o-Peso, uma das maiores da América Latina, o açaí é um dos produtos mais procurados, além de uma infinidade de iguarias típicas da culinária paraense, como o pato no tucupi, a maniçoba e o tacacá. A feira, com quase 400 anos de história, é um exemplo da vitalidade da gastronomia local e da importância cultural de Belém.

CÍRIO DE NAZARÉ

A cidade também se destaca por sua rica diversidade cultural. Com forte influência de comunidades indígenas, negras, da colonização portuguesa e dos imigrantes, Belém oferece uma experiência única de imersão nas tradições e costumes da Amazônia. O Círio de Nazaré, maior festa religiosa do Brasil, é uma das manifestações culturais mais significativas da cidade. Todos os anos, milhares de fiéis se reúnem para celebrar Nossa Senhora de Nazaré, a Rainha da Amazônia, em uma das maiores procissões do mundo, por terra e por água. Esta festividade, que ocorre no segundo domingo de outubro, atrai turistas de todo o país e é um dos momentos mais importantes para a população local.

REVITALIZAÇÃO DO MERCADO SÃO BRÁS

Além da gastronomia e das festas religiosas, Belém é um importante centro turístico, com uma grande oferta de atrativos históricos e naturais. O bairro da Cidade Velha, onde a cidade nasceu, guarda construções coloniais, como o Forte do Presépio e a Catedral da



Sé, que oferecem uma verdadeira viagem no tempo. No mesmo bairro, o governo brasileiro e a prefeitura da cidade entregaram recentemente a revitalização do Mercado de São Brás, marcando a primeira obra de infraestrutura realizada em preparação para a COP30. Com um investimento de R\$150 milhões, a renovação do espaço não só moderniza o mercado, mas também simboliza um legado de infraestrutura e desenvolvimento sustentável para a população local.

A cidade também é cercada por ilhas, como a Ilha do Marajó, famosa por suas praias e a peculiar fauna, e a Ilha do Combu. As praias do Rio Tapajós, próximas a Belém, também são muito procuradas por turistas que buscam relaxar em suas águas tranquilas e quentes.

A natureza exuberante da Amazônia se reflete ainda nas áreas verdes de Belém, como o Parque Ambiental do Utinga, que é um refúgio para quem deseja conhecer a fauna e flora da região. O clima equatorial úmido da cidade, com altas temperaturas durante todo o ano, é uma característica marcante, mas é justamente essa atmosfera tropical que atrai visitantes de todo o mundo em busca de experiências autênticas na maior floresta tropical do planeta.

No campo da infraestrutura, o Aeroporto Internacional de Belém é um ponto-chave para o turismo e para o desenvolvimento econômico da cidade. Com um fluxo de 3 milhões de pessoas por ano, o aeroporto conecta Belém a destinos nacionais e internacionais, facilitando a chegada de turistas e investidores que têm na cidade uma



“ São mais de 30 obras e estruturantes que estão sendo feitas em Belém, realizadas pelo governo federal junto com a prefeitura e o governo do estado do Pará. Os investimentos têm um motivo e um significado. Estamos dotando de infraestrutura uma cidade maravilhosa que vai ter um grande legado”

porta de entrada para o restante da Amazônia e suas inúmeras oportunidades econômicas e naturais.

Além de sua relevância econômica e cultural, Belém tem se tornado cada vez mais um destino turístico promissor. A cidade, que atrai olhares por sua beleza histórica e natural, ganhou ainda mais destaque no cenário global com a confirmação de sua sede para a COP30. O evento trará um olhar global sobre as soluções para os desafios do clima. A realização da conferência será uma oportunidade para o Brasil se posicionar como um centro de discussões sobre o enfrentamento às mudanças climáticas.

MERCADO VER-O-PESO

Belém do Pará é uma cidade que se destaca por sua história, cultura, economia e sua imersão na Amazônia. Com uma população vibrante e acolhedora, a cidade oferece aos seus habitantes e visitantes um ambiente único de convivência entre tradição e modernidade. A expectativa para a COP30 é o reflexo do potencial da cidade para se tornar um centro de referência internacional, quando se fala em ações para conter a mudança do clima. ■

(Com informações da Agência Brasil e da Secom-PR)

Turismo e crise climática: os caminhos sustentáveis para a Amazônia

Impactos da atividade preocupam especialistas e a população local

Por **Rafael Cardoso**, da Agência Brasil

É início de dezembro em Manaus, e o calor é escaldante. O Amazonas enfrenta a pior seca da história, com níveis de água baixíssimos, como nunca se viu antes. No percurso de lancha até o encontro dos rios Negro e Solimões, o guia indica no horizonte partes de terra do continente e das ilhas que já deveriam estar cobertas por água.

Toda a região sente os efeitos sociais e econômicos da estiagem. Um dos setores mais afetados é o turismo, fonte de renda para boa parte da população. O calor e a seca afastam os visitantes, porque

muitas atividades estão prejudicadas.

“Os ribeirinhos sofrem, principalmente aqueles que recebem gente de fora de Manaus. O pessoal que oferece a pesca do pirarucu, aqueles que trabalham com restaurante. Diminuem, por exemplo, as atividades de focagem de jacaré, que a gente costuma fazer durante a noite. E na seca fica muito difícil de ver jacaré. E também atrapalha muito a vida da gente que trabalha transportando os turistas pelo rio, porque nem todos os lugares estão navegáveis”, explica o guia turístico e capitão de lancha Rodrigo Amorim.

O cansaço é visível no rosto de Daniel Hanrori, indígena do povo Tukano, que lidera uma aldeia com 38 pessoas de diferentes etnias na região do Lago Janauari. No período de seca, parte do grupo se desloca para um acampamento perto do rio, que fica a duas horas de distância da aldeia. São entre quatro e cinco meses vivendo de um jeito improvisado, para conseguir receber os poucos turistas que ainda aparecem e alguma renda para sustentar as famílias.

“Aqui, quando tem temporal e ventania, é muito perigoso. É muito violento o vento aqui, então a gente corre



O guia turístico e capitão de lancha Rodrigo Amorim conduz uma embarcação pelo rio Negro: ribeirinhos sentem os efeitos da estiagem

“ Os ribeirinhos sofrem, principalmente aqueles que recebem gente de fora de Manaus. O pessoal que oferece a pesca do pirarucu, aqueles que trabalham com restaurante. Diminuem, por exemplo, as atividades de focagem de jacaré, que a gente costuma fazer durante a noite. E na seca fica muito difícil de ver jacaré”

muito risco. Mas a gente precisa da renda e não pode parar”, diz Daniel Hanrori.

Ele conversa com a reportagem da Agência Brasil sentado em uma pedra, mais ofegante e com muitas gotas de suor escorrendo pelo rosto. Foram 20 minutos de apresentação para um grupo de 15 turistas, com explicações sobre a cultura e danças tradicionais. Além do calor, o cansaço é agravado pela preocupação para manter a aldeia em condições básicas de moradia e alimentação.

“O número de visitantes está muito baixo, infelizmente. Quando o rio está cheio, a gente recebe aqui de 50 a 60 lanchas por dia. De 8h da manhã até 6h da tarde. Durante esse período da seca, a gente recebe só duas lanchas. E a gente depende muito do turismo e das vendas de artesanato”, complementa Daniel Hanrori. “Afeta também muito a pesca, que fica mais difícil, mais escassa. Em alguns lugares, morreu muito peixe. E tudo isso faz falta. A gente aqui vive 50% do turismo e 50% da pesca.”

TURISMO E CRISE CLIMÁTICA

O turismo na Amazônia gira em torno dos rios. A perda de volume,

principal meio de transporte, impacta diretamente as principais atividades. Os extremos climáticos de 2024 mudaram até o mais icônico passeio ao redor de Manaus, o encontro das águas. A visualização da mistura da água barrenta do Solimões com a água escura do Negro ficou prejudicada.

Em setembro, a Praia de Ponta Negra, principal balneário de Manaus, foi interditada para banhistas, depois que o Rio Negro ficou baixo da cota mínima de segurança de 16 metros. O Museu do Seringal, que fica no Igarapé São João, foi fechado temporariamente, porque o acesso é exclusivamente pelo rio.

Em Alter do Chão, no Pará, cuja alta temporada costuma começar em agosto, o nível baixo do Rio Tapajós prejudicou o deslocamento das embarcações que transportam turistas para ilhas, restaurantes e estabelecimentos comerciais. O Sairé, um festival cultural realizado em setembro, teve de ser suspenso por falta de demanda.

A professora Isabel Grimm, doutora em meio ambiente e desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), destaca que, quando se fala de



Pousada Uacari proporciona aos visitantes uma experiência imersiva na Amazônia

crise climática e turismo, no entanto, há de se pensar também sobre a responsabilidade que o próprio setor possui nos impactos ao meio ambiente.

“O turismo impacta com as emissões de gases do efeito estufa, principalmente por causa dos transportes. E o transporte aéreo é um dos que mais têm emitido gases. Mas há também o uso excessivo de água e de energia elétrica nos locais turísticos, que produzem impactos muito relevantes. Precisamos pensar em alternativas para o que chamamos de turismo de massas, com menores impactos aos ecossistemas”, diz Isabel.

A especialista reforça que toda a cadeia turística deve se envolver na mitigação dos custos ambientais: os povos locais, as empresas, os governos e os próprios turistas. Um dos pontos fundamentais, nesse sentido, é repensar a própria concentração de pessoas em destinos mais badalados e midiáticos, e valorizar outras experiências possíveis dentro do país. Para continuar existindo nesses novos tempos, vai ser fundamental fazer adaptações e buscar caminhos

sustentáveis.

“O Brasil é muito extenso em termos de território e de heterogeneidade de paisagens. Tem muita diversidade cultural e natural. Nossa biodiversidade é muito rica. O nosso turista está buscando novas experiências, valorizar o tempo das férias dele e o investimento que faz. O destino turístico que ele vai visitar está muito ligado aos processos de divulgação. É preciso repensar nos incentivos e fomentos para novos atrativos. Nesse sentido, políticas públicas são importantes. Precisamos dar condições para que as comunidades locais participem das atividades turísticas, se assim elas desejarem. Tudo isso dentro de uma lógica que respeite a capacidade local para receber visitantes, para gerar o menor impacto ambiental possível”, diz Isabel Grimm.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A 600 quilômetros (km) a oeste de Manaus, na região do curso médio do Rio Solimões, um programa de turismo de

Daniel Hanrori diz que os indígenas dependem do turismo e da venda de artesanato para sustentar as famílias

base comunitária tem contribuído para o desenvolvimento local desde 1998. Ele é promovido pelo Instituto Mamirauá, que leva o nome da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e tem sede na cidade de Tefé. O principal resultado desse trabalho é a Pousada Uacari, que recebe visitantes para uma experiência imersiva na Amazônia.

Entre as metas principais do programa estão contribuir para a conservação dos recursos naturais, promover empoderamento local e o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas. Mestre em gestão de áreas protegidas na Amazônia, Pedro Nassar coordena o programa no Instituto Mamirauá e contabiliza pelo menos 11 comunidades beneficiadas



“O número de visitantes está muito baixo, infelizmente.

Quando o rio está cheio, a gente recebe aqui de 50 a 60 lanchas por dia. De 8h da manhã até 6h da tarde. Durante esse período da seca, a gente recebe só duas lanchas. E a gente depende muito do turismo e das vendas de artesanato. Afeta também muito a pesca, que fica mais difícil, mais escassa”

diretamente ao longo destes 27 anos.

“O turismo comunitário precisa ser diferente do turismo de massa. Não visa à exploração de atrações com grande quantidade de pessoas, em que elas chegam e saem do lugar como se nada tivesse acontecido. No turismo de base comunitária, os locais têm uma participação efetiva na gestão no planejamento e nas discussões. Não são trabalhadores que vão lá, cumprem a função, ganham dinheiro e vão embora para casa. Os benefícios do turismo precisam ser compartilhados com a comunidade, e precisam ser econômicos, sociais, culturais e ambientais”, explica Pedro Nassar.

O programa do Instituto Mamirauá inclui atividades de pesquisa e monito-

ramento de tecnologias de saneamento, impactos ambientais, estudos de viabilidade e planejamento turístico, monitoramento ambiental e socioeconômico. E tem como eixo central trabalhar a autonomia das comunidades na gestão do turismo, com geração de emprego e renda, e conservação dos recursos naturais.

Os moradores envolvidos no programa são afiliados a uma associação local e trabalham em sistema de rodízio, aproximadamente 12 dias por mês. Cada hóspede da Pousada Uacari contribui com a Taxa de Apoio Socioambiental, destinada ao financiamento de projetos e recursos comunitários, como compra de barcos, construção de centros comunitários e rádio de comunicação.

Outra preocupação do instituto é formar multiplicadores, que possam participar de atividades a fim de disseminar conhecimentos para o desenvolvimento do turismo comunitário em outras regiões do país.

“A ideia é passar nossa experiência no turismo para essas pessoas, além de trocar ideias e conhecer outras iniciativas. Mas é tudo muito prático, tiramos dúvidas, ajudamos os que estão começando a fazer turismo. Queremos que possam adquirir algum conhecimento e consigam aplicar dentro da realidade deles. Porque, obviamente, não é uma receita de bolo, cada lugar tem a própria peculiaridade”, diz Pedro Nassar.

EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS

Uma das pessoas impactadas pelo projeto foi Ilana Ribeiro Cardoso, artesã e empreendedora que vive no quilombo de Mumbuca, no município de Mateiros, região do Jalapão, no Tocantins. Em 2018, ela esteve no Instituto Mamirauá e conheceu de perto as iniciativas de turismo comunitário. A partir dali, a Amazônia virou uma fonte de inspiração e aprendizado.

Desde então, faz intercâmbios em regiões que trabalham com turismo comunitário e aplicando os novos conhecimentos no Jalapão. Ela ajuda a



A artesã e empreendedora Ilana Cardoso na colheita de capim-dourado no Jalapão



Para Isabel Grimm, toda a cadeia turística deve se envolver na mitigação dos custos ambientais na Amazônia

organizar restaurantes, pousadas e roteiros para que turistas conheçam de forma mais autêntica a comunidade e a história do quilombo. Entre as experiências, trilhas feitas por antepassados, mostra de plantas medicinais e oficinas de artesanato com capim-dourado.

Enquanto vê as atividades crescerem, Ilana se preocupa com os possíveis impactos de um turismo que não seja sustentável para a região.

“Hoje, não vemos muitos impactos ambientais. Mas, e no futuro? Como ficam meu filho e a comunidade? No Jalapão, tem muitas nascentes, fervedouros, cachoeiras, rios. Somos ricos em água potável. E há pessoas vindo para cá e pensando só na questão do agronegócio, em plantar soja, usar e poluir as nascentes de água”, diz Ilana.

“Daqui a pouco, podem montar um hotel de luxo, e a nossa pousadinha, que é simples, baseada na bioconstrução com adobe, vai ser prejudicada. Eu tenho medo de que o Jalapão possa ser invadido por esse turismo avassalador, que desperte o interesse de pessoas ricas, que não vão cuidar do nosso local e vão destruir a nossa natureza”, completa a artesã e empreendedora.

“O número de visitantes está muito baixo, infelizmente.

Quando o rio está cheio, a gente recebe aqui de 50 a 60 lanchas por dia. De 8h da manhã até 6h da tarde.

Durante esse período da seca, a gente recebe só duas lanchas. E a gente depende muito do turismo e das vendas de artesanato. Afeta também muito a pesca, que fica mais difícil, mais escassa”

Ilana defende o turismo comunitário como o único possível para impedir grandes impactos ambientais e aumentar os efeitos da crise climática.

“Quando o turismo é sustentável, envolve cuidado. E quem cuida é a comunidade. Então, o turismo precisa vir de baixo, não de cima. Nós sabemos como cuidar, sabemos a quantidade de pessoas que podem entrar nos fervedouros, no campo de capim, numa vereda, numa nascente. A gente não pensa só na questão do lucro. No turismo sustentável, o guia é local, deixa dinheiro na comunidade e contribui para a preservação da natureza”, diz a empreendedora quilombola.

SÉRIE SOBRE A AMAZÔNIA

A reportagem faz parte da série Trilhas Amazônicas, que abre o ano da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém, no mês de novembro. Nas matérias publicadas na Agência Brasil, povos da Amazônia e aqueles diretamente engajados na defesa da floresta discutem os impactos das mudanças climáticas e respostas para lidar com elas. ■

Amazônia: quanto mais degradada, menos condições de reduzir aquecimento global

Documento trata das principais descobertas de pesquisas relacionadas a questões ambientais e climáticas em todo o mundo

Por **Rodrigo Mozelli**

O relatório anual “Dez Novas Percepções sobre o Clima” foi divulgado e traz que a Amazônia vem perdendo sua capacidade de regulação do ciclo d’água e de remoção de carbono da atmosfera. Isso, claro, pode impactar o planeta inteiro.

O documento trata das principais descobertas de pesquisas relacionadas a

questões ambientais e climáticas em todo o mundo. O estudo que trata especificamente sobre a Amazônia contou com participação do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

AMAZÔNIA DEGRADADA

Dados do estudo sobre a Amazônia e capacidade de combater o aquecimento global:

■ Segundo o relatório, ameaças ambientais, como fogo, extração de madeira, expansão da agricultura e grandes construções, como barragens e estradas, assim como o aumento de fenômenos climáticos extremos, reduzem a resistência da Floresta Amazônica;

■ Essa degradação toda da floresta tem apresentado sinais alarmantes, como a redução de sua capacidade de

Garimpo de ouro ilegal na Guiana: Região pode perder capacidade de impedir mudanças climáticas

remover carbono da atmosfera;

■ Dessa forma, os efeitos da emergência climática pela qual passamos podem ser intensificados, alterando fatores determinantes para a saúde da região, como temperatura e umidade. Isso pode gerar colapso irreversível em partes do bioma;

■ A CCAL, calculadora de carbono do IPAM, aponta que, em 2022, a Amazônia detinha 47,2 bilhões de toneladas de carbono em sua composição, e perdeu mais de 10,6 bilhões de toneladas, dada a degradação da floresta;

■ Atualmente, essa degradação do ecossistema da Amazônia alcança mais de um terço de sua vegetação.

Ane Alencar, diretora de Ciência do IPAM e uma das autoras da publicação, diz que “mais de 16% da água do planeta tem seu ciclo regulado pela Amazônia. A floresta é um dos maiores sumidouros de gases de efeito estufa do mundo. Parar a degradação do bioma é urgente, pois isso está impactando esses dois serviços ecossistêmicos fundamentais”.

Como saída, o documento aponta para recuperar as áreas degradadas e fortalecer as comunidades locais, de modo a aumentar a resistência da floresta aos efeitos das mudanças climáticas e conservando seus benefícios para o planeta.

Outra recomendação tem a ver com políticas necessárias para evitar que a Amazônia chegue à situação irreparável. Algumas das políticas recomendadas, são:

■ Fortalecer leis ambientais que combatem a degradação em países nos quais a Amazônia se encontra;

■ Continuação de financiamento para programas de monitoramento e rastreamento de commodities;

■ Apoio aos povos indígenas e comunidades locais visando ao desenvolvimento de economia sustentável.

OUTRAS DESCOBERTAS DO RELATÓRIO

Outras nove descobertas científicas relacionadas ao clima ocorridas nos dois últimos também apareceram no relatório. Boa parte delas aponta para aumento do aquecimento global e suas consequências, como:



“ Mais de 16% da água do planeta tem seu ciclo regulado pela Amazônia. A floresta é um dos maiores sumidouros de gases de efeito estufa do mundo. Parar a degradação do bioma é urgente, pois isso está impactando esses dois serviços ecossistêmicos fundamentais”

■ Aumento da emissão de metano;
 ■ Mais regiões do planeta estão se tornando inabitáveis por causa de ondas de calor;

■ Piora dos efeitos do El Niño aquecendo ainda mais os oceanos;

■ Extremos climáticos vêm aumentando riscos à gravidez e à saúde das crianças.

Mas nem tudo são notícias ruins. Existem alguns pontos positivos apontados pelo documento, como o registro do potencial de sistema que integra tecnologia e ecologia para que as cidades fiquem mais resistentes aos desastres climáticos, como ondas de calor e inundações.

Além disso, sugestões relacionadas à gestão de minerais, visando gerar transição energética mais justa e maneiras de construir políticas energéticas mais justas, ampliam a aceitação do público a tais mudanças.

TEMPESTADES ESTÃO DERRUBANDO MAIS ÁRVORES NA AMAZÔNIA

Além do desmatamento, a Floresta Amazônica também está sofrendo com



Índice de degradação é o maior em 15 anos



Focos de fogo na Amazônia cresceram em 2024

as mudanças climáticas. Segundo um novo estudo, as alterações no clima da Terra estão causando um aumento das tempestades convectivas na região.

Os cientistas explicam que este fenômeno é causado pelo movimento de bolhas de ar quente que sobem na atmosfera. Um dos diferenciais dele é a força do vento. Em alguns casos ele é capaz de quebrar ou arrancar completamente as árvores, afetando seriamente a estrutura e a composição da floresta.

MILHARES DE HECTARES DA FLORESTA FORAM DESTRUÍDOS PELOS VENTOS

No novo estudo, os pesquisadores usaram dados de satélites para compilar um banco de dados anual de grandes ventos, que eles classificaram como afetando mais de 30 hectares, na Amazônia, entre 1985 e 2020.

A equipe descobriu que o número de ocorrências do tipo e a área afetada por estas tempestades aumentaram quase quatro vezes ao longo desse período. No total, foram 78 registros de fortes ventos que afetaram 6.900 hectares em 1985. Já em 2020 o número subiu para 264

“ Além do desmatamento, a Floresta Amazônica também está sofrendo com as mudanças climáticas. Segundo um novo estudo, as alterações no clima da Terra estão causando um aumento das tempestades convectivas na região. Os cientistas explicam que este fenômeno é causado pelo movimento de bolhas de ar quente que sobem na atmosfera”

ocorrências e 32.170 hectares foram danificados.

Ainda de acordo com o trabalho, a maioria dos eventos ocorreu na Amazônia central e ocidental. E o pior registro derrubou árvores em uma área de mais de 2.543 hectares. As conclusões foram descritas em estudo publicado na revista AGU Advances.

TEMPESTADES INTENSAS ESTÃO SE TORNANDO MAIS COMUNS

Os autores do estudo dizem que os dados reforçam as observações de que tempestades intensas na Amazônia estão se tornando mais comuns.

Este cenário é resultado direto do aquecimento do planeta.

Agora, os pesquisadores querem analisar todas as informações colhidas para avaliar a dinâmica dos ventos e entender mais sobre os impactos deles nas florestas.

A equipe ainda sugere que a resolução aprimorada das imagens de satélite pode permitir a identificação de fenômenos semelhantes, mas de menor intensidade, e que também podem ter efeitos nos ecossistemas. ■



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
MANAUS



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

MANAUARA SHOPPING

RDM

REDE DE MÍDIAS

28

anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br